

Ementa:

Este documento apresenta argumentos e estratégias para a inclusão dos programas de apoio à parentalidade, como Famílias Fortes e ACT (Adults and Children Together), no Plano Plurianual (PPA) dos municípios brasileiros. Elaborado para gestores e técnicos municipais, o material demonstra como estes programas representam investimentos preventivos que, além de fortalecerem as famílias, reduzem custos futuros relacionados a problemas sociais decorrentes de famílias disfuncionais.

Programas de Apoio à Parentalidade

Os programas de apoio à parentalidade, como o Famílias Fortes e o ACT (Adults and Children Together), são intervenções baseadas em evidências científicas que visam fortalecer as relações familiares e melhorar as habilidades parentais.

Estes programas trabalham de forma preventiva, oferecendo ferramentas e conhecimentos que ajudam os pais e cuidadores a criarem ambientes familiares mais saudáveis e harmoniosos.

Programa Famílias Fortes¹	Programa ACT²
O Programa Famílias Fortes (PFF) é uma adaptação brasileira do Strengthening Families Program, desenvolvido no Reino Unido. Destinado a famílias com filhos de 10 a 14 anos, o programa visa prevenir o uso de álcool e outras drogas, além de comportamentos de risco na adolescência. O PFF utiliza metodologias interativas e participativas, com encontros semanais que trabalham separadamente com pais e filhos,	O ACT (Adults and Children Together) é um programa desenvolvido pela American Psychological Association, focado na prevenção de violência contra crianças e adolescentes. No Brasil, é implementado em parceria com diversas instituições públicas e privadas, oferecendo um currículo estruturado para pais e cuidadores de crianças de 0 a 8 anos. O programa trabalha por meio de oito encontros que abordam temas como

¹ Avaliação da efetividade do programa Famílias Fortes.

https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/estudo-revela-potencial-de-reducao-de-6-0-no-estilo-parental-negligente-em-participantes-do-programa-familias-fortes/Brochura_ilustrada_Familia_sFortes_6_meses_vf.pdf

² <https://lapredes.fmrp.usp.br/programa-act/>

finalizando com sessões conjuntas que promovem a integração familiar. O programa trabalha com sete encontros estruturados que abordam temas como comunicação efetiva, estabelecimento de limites, expressão de afeto e desenvolvimento de resiliência familiar. Os resultados demonstram redução de conflitos familiares, melhoria na comunicação e diminuição de comportamentos de risco entre adolescentes.	desenvolvimento infantil, disciplina positiva, controle da raiva, efeitos da exposição à violência na mídia e formas de criar ambientes seguros para as crianças. O ACT utiliza metodologias participativas, valorizando a experiência dos participantes e promovendo a construção coletiva de soluções para os desafios da parentalidade.
---	---

Ambos os programas possuem protocolos de implementação bem definidos, materiais estruturados, sistemas de capacitação de facilitadores e mecanismos de avaliação de resultados, o que facilita sua incorporação às políticas públicas municipais e garante maior efetividade na aplicação dos recursos públicos.

O Custo Social das Famílias Disfuncionais

As famílias disfuncionais representam um desafio significativo para as administrações municipais, gerando custos diretos e indiretos em diversas áreas da gestão pública. Compreender a dimensão destes custos é fundamental para justificar o investimento em programas preventivos como o Famílias Fortes e o ACT no Plano Plurianual (PPA).

Custos com Segurança Pública	Impactos na Saúde Pública	Repercussões na Educação
Estudos mostram que crianças e adolescentes oriundos de ambientes familiares desestruturados têm maior probabilidade de envolvimento com atos infracionais ³ . Um artigo publicado pelas Nações Unidas no Brasil destaca que o custo médio mensal por	A disfuncionalidade familiar está associada a maiores índices de dependência química, transtornos mentais e problemas de saúde em geral ⁵ . Um estudo publicado na Revista Médica de Minas Gerais estimou que o custo médio diário de internação por dependência de cocaína/crack é de R\$	O ambiente familiar instável contribui para maiores taxas de evasão escolar, repetência e baixo desempenho acadêmico ⁷ . Estima-se que o Brasil perde cerca de R\$ 214 bilhões por ano devido à evasão escolar

³ Rodrigues, G. N., Tonella, L. (2023) O perfil do adolescente em conflito com a lei e suas relações interpessoais. V. 13, N. 51, *Cognitio Juris*. Disponível em:

<https://cognitiojuris.com.br/o-perfil-do-adolescente-em-conflito-com-a-lei-e-suas-relacoes-interpessoais/>

⁵ MONTEIRO, S. M. F. (2021). As características das famílias pré-adictas. Cadernos da FUCAMP, 20(43).

⁷ Mahendra, F. M., & Marin, A. H. (2020). Ambiente familiar e rendimento escolar de adolescentes. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 35, e35nspe9.

adolescente no país é de R\$ 10.400, com variações significativas entre os estados. ⁴	368,65 em hospital psiquiátrico e R\$ 484,52 em hospital geral. Isso corresponde a um custo mensal aproximado entre R\$ 11.059,50 e R\$ 14.535,60, dependendo do tipo de hospital. ⁶	de jovens, o que equivale a 3% do PIB anual ⁸ .
--	---	--

O Princípio da Prevenção como Investimento Municipal

- **Investimento preventivo**

Alocação de recursos em programas de apoio à parentalidade antes que problemas familiares se agravem.

- **Redução de vulnerabilidades**

Fortalecimento das habilidades parentais e dos vínculos familiares como fatores de proteção.

- **Diminuição de gastos futuros**

Menor necessidade de intervenções remediativas nas áreas de assistência social, saúde, segurança e educação.

- **Melhoria dos indicadores sociais**

Impacto positivo em múltiplos indicadores de desenvolvimento municipal.

A abordagem preventiva no contexto das políticas públicas municipais não deve ser vista como gasto, mas como **investimento estratégico com alto retorno social e econômico**. Ao incorporar programas de apoio à parentalidade no PPA, os gestores municipais adotam uma visão de longo prazo que contribui para a sustentabilidade fiscal e a melhoria contínua dos indicadores sociais.

Os benefícios desta abordagem vão além da economia de recursos. Municípios que investem em programas preventivos tendem a apresentar melhores indicadores de desenvolvimento humano, menor incidência de violência, menores taxas de evasão escolar e utilização mais eficiente dos serviços de saúde. Estes resultados contribuem para um círculo virtuoso de

⁴ Valenzuela, C. (2021) O desafio da ressocialização. Disponível em:

<https://brasil.un.org/pt-br/150978-artigo-o-desafio-da-ressocializacao>

⁶ Volpe, F. M., Alemão, M. M., Drummond, H. A., Pinto, L. T. S., Rocha, A. R., Silva, E. M., & Gonçalves, M. A. (2014). Custos da internação por dependência à cocaína/crack: estudo comparativo entre hospital psiquiátrico e hospital geral. Revista Médica de Minas Gerais, 24(Supl. 5), S22–S28.

⁸ Monitor Mercantil. (2020). Brasil perde R\$ 214 bilhões por ano com evasão escolar de jovens. Monitor Mercantil. Disponível em:

<https://monitormercantil.com.br/brasil-perde-r-214-bi-por-ano-com-evasao-escolar-de-jovens/>

desenvolvimento social e econômico, tornando o município mais atrativo para investimentos e melhorando a qualidade de vida da população.

A incorporação destes programas no PPA permite ainda um planejamento mais consistente, com definição clara de objetivos, metas, indicadores e recursos necessários, garantindo continuidade das ações e possibilitando avaliações sistemáticas de resultados. Esta abordagem alinha-se com as melhores práticas de gestão pública, contribuindo para maior transparência e efetividade na aplicação dos recursos municipais.

Resultados Comprovados dos Programas de Parentalidade

Os programas de apoio à parentalidade como o Famílias Fortes e o ACT possuem um corpo robusto de evidências científicas que comprovam sua eficácia. Estas evidências representam um importante argumento para sua inclusão no PPA municipal, uma vez que demonstram o retorno concreto do investimento público.

- **Redução de 60% na probabilidade dos pais serem negligentes⁹.**
- **Redução de 80% na exposição dos(as) adolescentes a episódios de embriaguez dos pais¹⁰.**
- **Aumento significativo no uso de estratégias disciplinares não violentas pelos pais¹¹.**
- **Melhoria na gestão das emoções pelos cuidadores¹².**

No Brasil, avaliações sistemáticas destes programas têm sido conduzidas e os resultados mostram impactos positivos em múltiplas dimensões da vida familiar e comunitária:

- Melhoria na comunicação entre pais e filhos, com estabelecimento de limites mais claros e consistentes¹³
- Redução do uso de práticas parentais coercitivas e aumento de práticas positivas
- Diminuição dos fatores de risco para uso de álcool e outras drogas entre adolescentes
- Melhoria do clima emocional familiar, com redução de estresse parental e aumento de expressões de afeto¹⁴
- Fortalecimento de redes de apoio comunitárias entre as famílias participantes
- Maior participação dos pais na vida escolar dos filhos e consequente melhoria no desempenho acadêmico

⁹ Estudo da Unifesp identifica que programa Famílias Fortes melhora relações familiares e reduz negligência parental. Disponível em:

<https://dci.unifesp.br/assessoria-de-imprensa-e-jornalismo/releases/estudo-da-unifesp-identifica-que-programa-familias-fortes-melhora-relacoes-familiares-e-reduz-negligencia-parental>

¹⁰ Idem 9.

¹¹ Idem 9.

¹² Fraga, É. (2021, abril 17). Programa que ensina pais a controlar emoções reduz problemas de comportamento infantil. Folha de S.Paulo. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/04/programa-que-ensina-pais-a-controlar-emocoes-reduz-problemas-de-comportamento-infantil.shtml>

¹³ GOMES, L. R. S. (2024). Efeitos de um programa de fortalecimento de famílias nas práticas parentais, qualidade de vida, apoio social e vinculação.

¹⁴ Idem 13.

Estes resultados se sustentam ao longo do tempo, como demonstram estudos longitudinais que acompanharam famílias participantes por períodos de até quatro anos após a conclusão dos programas. A persistência dos efeitos positivos reforça o caráter de investimento de longo prazo destes programas, alinhando-se perfeitamente à lógica de planejamento do PPA municipal.

O PPA como Instrumento de Planejamento Municipal

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento de médio prazo da administração pública brasileira, estabelecido pela Constituição Federal de 1988. No âmbito municipal, o PPA orienta a elaboração dos orçamentos anuais, definindo diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos, estabelecendo uma ponte entre o plano de governo e os instrumentos orçamentários.

- **Diagnóstico**

Identificação de problemas e potencialidades do município

- **Formulação**

Definição de programas, ações, metas e indicadores

- **Implementação**

Execução das ações previstas conforme cronograma

- **Monitoramento**

Acompanhamento sistemático da execução física e financeira

- **Avaliação**

Análise dos resultados e impactos alcançados

Incorporar os programas de apoio à parentalidade no PPA municipal significa inseri-los no planejamento estratégico de médio prazo, garantindo previsibilidade orçamentária e continuidade das ações.

Diferentemente de iniciativas pontuais, os programas incluídos no PPA adquirem status de política pública municipal, com recursos assegurados nas leis orçamentárias anuais e compromisso formal da administração com sua implementação.

O PPA organiza a ação governamental em programas, que são conjuntos de iniciativas voltadas para a solução de problemas ou aproveitamento de oportunidades. Cada programa possui objetivos, metas, indicadores e recursos definidos, facilitando seu planejamento, execução e avaliação. Ao incluir os programas de apoio à parentalidade nesta estrutura, o município consegue articulá-los com outras iniciativas nas áreas de assistência social, saúde, educação e segurança, potencializando resultados e otimizando recursos.

Outro aspecto importante do PPA é a participação social em sua elaboração, implementação e avaliação. Este processo participativo fortalece a legitimidade das políticas públicas e amplia o engajamento da comunidade. No caso dos programas de apoio à parentalidade, a participação de famílias, profissionais e organizações sociais na construção do PPA contribui para maior adesão aos programas e melhor adequação às necessidades locais.

O PPA também estabelece mecanismos de transparência e prestação de contas, permitindo que a sociedade acompanhe a execução dos programas e avalie seus resultados. Esta dimensão de transparência é fundamental para a consolidação dos programas de apoio à parentalidade como políticas públicas efetivas e sustentáveis.

Diagnóstico Situacional: Base para a Inclusão no PPA

A primeira etapa para a inclusão dos programas de apoio à parentalidade no PPA municipal é a realização de um diagnóstico situacional abrangente, que identifique as principais vulnerabilidades e potencialidades relacionadas às famílias no território. Este diagnóstico deve ser tanto quantitativo quanto qualitativo, utilizando dados oficiais e percepções dos atores locais para construir um panorama completo da realidade familiar no município.

O diagnóstico deve mapear indicadores como: número de famílias em situação de vulnerabilidade social; índices de violência doméstica; taxas de evasão escolar; casos de uso abusivo de álcool e outras drogas; demanda por serviços de proteção à criança e ao adolescente; e capacidade instalada da rede de serviços socioassistenciais.

Fontes de dados para o diagnóstico:

- Sistema de informação do SUAS (RMA, Censo SUAS)
- Cadastro Único para Programas Sociais
- Sistemas de notificação de violência (SINAN)
- Dados educacionais (INEP, secretaria municipal)
- Estatísticas da segurança pública
- Pesquisas locais realizadas por universidades
- Relatórios dos Conselhos Municipais de Direitos

Além dos dados quantitativos, é fundamental incorporar a perspectiva dos profissionais que atuam diretamente com as famílias e dos próprios usuários dos serviços. Grupos focais, entrevistas e oficinas participativas podem revelar nuances importantes da realidade local que não aparecem nas estatísticas oficiais. Este conhecimento qualitativo enriquece o diagnóstico e contribui para um planejamento mais assertivo.

O diagnóstico deve também identificar os recursos disponíveis no município para a implementação dos programas, incluindo: equipamentos públicos adequados para a realização dos encontros; profissionais que poderiam ser capacitados como facilitadores; materiais necessários; e potenciais parcerias com organizações da sociedade civil, empresas e instituições de ensino.

Com base nas informações levantadas, é possível estimar o público prioritário para os programas, definir metas realistas de cobertura para o período do PPA e calcular os recursos necessários para sua implementação. Também é importante analisar experiências anteriores

de programas similares no município ou em localidades com características semelhantes, identificando fatores de sucesso e desafios enfrentados.

Formulação Estratégica no PPA: Programas, Objetivos e Metas

Após a realização do diagnóstico situacional, o próximo passo para incluir os programas de apoio à parentalidade no PPA municipal é a formulação estratégica. Esta etapa consiste na definição de programas, objetivos, indicadores e metas que orientarão a implementação dos programas durante os quatro anos de vigência do plano.

- **Definição do programa**

Estruturação formal dentro da lógica do PPA municipal

- **Objetivos e públicos-alvo**

Delimitação precisa do que se pretende alcançar e com quem

- **Indicadores e metas**

Parâmetros mensuráveis para acompanhamento dos resultados

- **Recursos e responsabilidades**

Definição de orçamento e atribuições institucionais

Na estrutura do PPA, os programas de apoio à parentalidade podem ser inseridos como um programa específico ou como ações dentro de programas já existentes, como "Proteção Social à Família" ou "Desenvolvimento Social". A escolha dependerá da estrutura programática adotada pelo município e da dimensão que se pretende dar aos programas. Em qualquer caso, é fundamental que os programas estejam claramente identificados no plano, com recursos específicos alocados para sua implementação.

Os **objetivos do programa** devem ser definidos de forma clara e mensurável, especificando o que se pretende alcançar com a implementação dos programas de apoio à parentalidade. Por exemplo:

"Fortalecer as competências parentais de famílias em situação de vulnerabilidade social, reduzindo fatores de risco e promovendo fatores de proteção relacionados ao desenvolvimento infantil e adolescente".

É importante que os objetivos estabeleçam conexões explícitas com os resultados esperados, facilitando a posterior avaliação do programa.

Para cada objetivo, devem ser definidos indicadores que permitirão mensurar os resultados alcançados. Estes **indicadores** podem ser:

- de processo (número de famílias atendidas, número de ciclos realizados),
- de resultado (percentual de famílias que concluíram o programa, nível de satisfação dos participantes) ou
- de impacto (redução das taxas de violência doméstica, melhoria no desempenho escolar).

A definição de indicadores adequados é crucial para o monitoramento e avaliação do programa, bem como para a prestação de contas à sociedade.

As **metas** estabelecem os resultados quantitativos que se pretende atingir para cada indicador durante o período do PPA. Por exemplo:

- "Atender 500 famílias nos programas de apoio à parentalidade até o final do PPA"
- "Reduzir em 30% os casos de violência doméstica entre as famílias participantes dos programas".
- Reduzir a incidência de negligência familiar no município em 20%.

As metas devem ser ambiciosas, mas realistas, considerando os recursos disponíveis e a capacidade de implementação do município.

A formulação estratégica deve ainda definir as responsabilidades institucionais pela implementação dos programas, especificando quais órgãos e setores estarão envolvidos e quais serão suas atribuições.

Recomenda-se a adoção de uma **abordagem intersetorial**, envolvendo principalmente as áreas de assistência social, saúde e educação, mas também outras como cultura, esporte e segurança pública, dependendo das características locais. Um programa de parentalidade pode estar dentro de uma unidade criada exclusivamente para tal fim, como um Secretaria da Família ou uma Diretoria de Família dentro de alguma Secretaria de Assistência Social, ou pode ser metodologia utilizada dentro de estruturas já existentes, por exemplo o fortalecimento de vínculos familiares da proteção social básica. A seguir, seguem exemplos concretos relacionados ao tema.

Exemplos de Estruturação Programática no PPA

A incorporação dos programas de apoio à parentalidade no PPA municipal pode ser realizada de diferentes formas, dependendo da estrutura organizacional e das prioridades de cada município. Apresentamos a seguir algumas possibilidades de estruturação programática que podem ser adaptadas às realidades locais

Como Programa Específico	Como Ação em Programa	Como Programa
--------------------------	-----------------------	---------------

Programa: Famílias Fortalecidas Objetivo: Fortalecer as competências parentais e os vínculos familiares como estratégia de prevenção de problemas sociais e comportamentais. Ações: • Implementação do Programa Famílias Fortes • Implementação do Programa ACT • Capacitação continuada de facilitadores • Monitoramento e avaliação de resultados	Existente Programa: Proteção Social Básica Ação: Fortalecimento de Vínculos Familiares Atividades: • Grupos de Famílias Fortes nos CRAS • Oficinas ACT para famílias com crianças pequenas, p. ex. em creches • Formação de multiplicadores na rede socioassistencial	Intersectorial Programa: Prevenção Integrada Objetivo: Articular ações preventivas entre as diversas políticas públicas para redução de vulnerabilidades sociais. Ações por Setor: • Assistência Social: Grupos Famílias Fortes • Saúde: Programa ACT nas UBSs • Educação: Formação de professores em práticas preventivas
--	---	---

A estruturação programática deve também prever mecanismos de flexibilidade para ajustes durante o período de execução do PPA, permitindo a incorporação de aprendizados e o redimensionamento das metas conforme a evolução da implementação.

Orçamento e Recursos: Viabilizando a Implementação

A inclusão dos programas de apoio à parentalidade no PPA municipal requer um planejamento financeiro detalhado que garanta os recursos necessários para sua implementação. O orçamento deve ser realista e considerar todos os custos envolvidos, desde a capacitação de facilitadores até a avaliação dos resultados.

Fontes de financiamento diversificadas Além de recursos próprios do município, os programas podem ser financiados com recursos do cofinanciamento federal e estadual do SUAS, emendas parlamentares, fundos especiais (como o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do	Custos de implantação x manutenção O orçamento deve diferenciar os custos iniciais de implantação (aquisição de materiais, capacitação de equipes) dos custos de manutenção (remuneração de facilitadores, materiais de consumo, avaliação). O investimento inicial tende a	Otimização de recursos existentes Para viabilizar os programas sem grande impacto orçamentário, é possível utilizar estruturas e recursos humanos já existentes no município. Profissionais dos CRAS, escolas e unidades de saúde podem ser capacitados como
---	--	---

Adolescente) e parcerias com o setor privado e organizações não-governamentais.	ser maior, reduzindo-se nos anos subsequentes à medida que a infraestrutura e o conhecimento se consolidam.	facilitadores, e os encontros podem ocorrer em espaços públicos como escolas, centros comunitários e unidades de saúde.
---	---	---

Para um município de médio porte (50.000 a 100.000 habitantes), estima-se que o investimento anual para a implementação dos programas de apoio à parentalidade atendendo cerca de 200 famílias por ano seja de aproximadamente R\$ 120.000 a R\$ 180.000, considerando a utilização parcial de estruturas e profissionais já existentes.

Para garantir a sustentabilidade financeira dos programas ao longo do tempo, recomenda-se a adoção de uma estratégia gradual de implementação, iniciando com um número menor de famílias e expandindo progressivamente à medida que os resultados positivos se consolidam e novas fontes de financiamento são identificadas. Esta abordagem permite um aprendizado institucional que contribui para maior eficiência na aplicação dos recursos e melhor qualidade nos resultados alcançados.

Implementação Intersectorial: Chave para o Sucesso

A implementação efetiva dos programas de apoio à parentalidade no âmbito do PPA municipal requer uma abordagem intersectorial que integre diferentes políticas públicas e mobilize diversos atores governamentais e não-governamentais. Esta articulação potencializa os resultados e otimiza os recursos disponíveis, constituindo um fator crítico para o sucesso dos programas.

Assistência Social	Saúde	Educação	Justiça e Cidadania
Coordenação geral dos programas, identificação e mobilização das famílias, disponibilização de espaços nos CRAS, acompanhamento familiar	Identificação de famílias em situação de vulnerabilidade, articulação com agentes comunitários de saúde, suporte técnico em temas específicos	Mobilização de famílias através das escolas, disponibilização de espaços físicos, articulação com projetos pedagógicos	Encaminhamento de famílias em situação de conflito, participação do Conselho Tutelar, integração com medidas protetivas

Além da articulação entre setores governamentais, é fundamental estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil, universidades, empresas e outros atores locais. Estas parcerias podem contribuir com recursos financeiros, técnicos e humanos, ampliando o alcance e a sustentabilidade dos programas. Por exemplo, universidades locais podem auxiliar no monitoramento e avaliação, empresas podem financiar materiais específicos, e organizações comunitárias podem apoiar na mobilização de famílias e disponibilização de espaços.